



C governo Lula já está a meio caminho do (primeiro?) mandato. Um pouco mais de dois anos já se passaram desde a posse triunfal de Luis Inácio Lula da Silva, ocorrida no primeiro dia do ano de 2003.

Há alguns anos, e apesar da força crescente do Partido dos Trabalhadores, e do volume considerável de votos depositados, em sucessivas eleições, em nome de Lula, poucos, muito poucos, imaginavam que seria possível ao *eterno perdedor* ascender, um dia, ao mais alto cargo político da República. Um operário metalúrgico, de escassa instrução formal, mas de grande inteligência, e experiência, como líder de notáveis lutas sociais e políticas, tornara-se, afinal, depois de três derrotas consecutivas, presidente do Brasil, um feito

DANIEL AARÃO REIS
é professor titular de
História Contemporânea
da Universidade Federal
Fluminense.

O governo Lula: das utopias revolucionárias à política como arte do possível

DANIEL AARÃO REIS

inédito nos anais da história de nosso país e de todas as Américas ao sul do Rio Grande.

Depois de dois anos, alguns dirão que há tempo suficiente para que se possa ensaiar um balanço crítico do que já se fez e do que se deixou de fazer, das aspirações realizadas, das expectativas frustradas. Outros já se sentem seguros para formular juízos definitivos.

Mas há riscos inerentes ao exercício deste tipo de crítica.

A distância curta, quase inexistente, dificultando avaliações mais ponderadas, sobretudo a respeito do real significado histórico do que se está, ou não, realizando. O alarido das lutas políticas, turvando a capacidade de análise: as paixões desencadeadas, de amigos e inimigos, correligionários e adversários, e os interesses dos recém-convertidos, e a amargura dos que se sentem traídos. A escassez relativa de informações, apesar de sua aparente abundância, desenhando um quadro ainda sujeito à imprecisão e à incerteza, zonas de sombra, que podem induzir a enganos.

Riscos inevitáveis. Considerá-los não é condição suficiente para escapar do erro. Mas pode ajudar a nuançar as análises e a matizar os juízos.

Apoiado nestas referências, vou tentar oferecer uma proposta, embora sumária, de compreensão destes dois anos de governo, no contexto da evolução da sociedade brasileira, do quadro internacional em que ela se encontra, da trajetória, e das metamorfoses do Partido dos Trabalhadores e do próprio Lula. Em outras palavras, construir uma perspectiva histórica crítica para as aventuras e as desventuras desse governo, dialogando com as interpretações correntes a respeito de um processo ainda inacabado, sujeito a disputas e a mudanças de rumo. E também suscitar questões a respeito do futuro próximo ainda imprevisível, como é próprio de tudo o que depende do exercício da vontade humana, que, indeterminada, e sempre em formação, escolhe, segundo as circunstâncias e condições, os caminhos que a levarão à reprodução, ou à superação, de seus impasses.

O CONTEXTO DAS MUDANÇAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E NO MUNDO

A sociedade brasileira e suas profundas mutações – esta é a primeira referência a ser considerada para compreender a ascensão do PT e de Lula ao poder.

Entre 1930 e 1980, todos o sabem, o país registrou, em escala mundial, um dos mais altos índices de desenvolvimento econômico, acompanhado por um processo intenso de explosão demográfica e de mobilidade social e geográfica. A sociedade agrária urbanizou-se, formando grandes metrópoles, baseadas em indústrias e serviços modernos, “ocidentalizou-se” (Gramsci). Explodiram as redes de sociabilidade e os valores em que se assentavam as tradições, confirmando o velho adágio da modernidade em que “tudo que é sólido desmancha no ar” (Marx). Nestes cinquenta anos de crescimento, destacaram-se três momentos de aceleração particular, grandes *saltos para a frente*: os anos do Estado Novo (1937-45), os *anos dourados* da segunda metade da década de 50, e a ditadura militar, sobretudo entre 1968 e 1980. O fato de que dois desses *saltos* foram realizados sob feroz ditadura política, adotando-se a tortura como política de Estado, e que esses processos não foram repudiados por amplos movimentos sociais, diz muito da sociedade que se construiu em terras brasílicas.

No entanto, nem tudo são espinhos.

O desgaste da ditadura militar, a partir da segunda metade dos anos 70, contribuiu para uma notável popularização dos valores democráticos, já praticados, com relativo êxito, entre 1945 e 1964. Como resultado, a partir dos anos 80, com passos que os mais críticos poderiam considerar muito lentos, a sociedade foi construindo, ampliando e consolidando as instituições democráticas.

Ao lado de desigualdades sociais gritantes, de índices escandalosos de concentração de renda, de elevadas taxas de de-

semprego, da explosão de uma violência semelhante a uma verdadeira guerra civil, que devasta as grandes metrópoles, e que suscita a nostalgia de um passado idílico que nunca existiu, a não ser para as elites bem aquinhoadas, onde se enraíza, aliás, grande parte do pensamento progressista e de esquerda em nosso país, ao lado, portanto, deste autêntico *inferno social*, onde resplandecem os carros blindados e fulguram as balas perdidas, forjou-se uma experiência democrática inédita nos anais de nossa República.

Com efeito, nas mal chamadas *décadas perdidas*, ocorreram, embora a passo de tartaruga, significativas metamorfoses, quase sempre imprevistas.

De Tancredo, que virou Sarney, passou-se ao Príncipe que virou Sapó, quando o Messias decantou-se em bandido mentiroso (Collor). Foi apeado do governo, porém, não através de um golpe, mas nos conformes democráticos. E deu-se a surpresa: ao presidente comprometido com um programa ultraliberal, sucedeu um vice – da mesma chapa –, Itamar Franco, identificado com um nacional-estatismo, paternal e benevolente, que parecia enterrado no mundo mas que renasceu viçoso e belo nestas paragens, com direito a broa de milho e a reinvenção do fusquinha de duas portas. Fez de FHC, que namorara Collor, seu ministro da Fazenda, um novo príncipe. Com o êxito do Plano Real, FHC arrebatou a presidência em campanhas memoráveis, acumulando dois mandatos, ambos ganhos no primeiro turno, e cumprindo um programa que desmantelaria, em grande medida, a tradição nacional-estatista na qual se espelhava seu patrono. FHC, considerado, não sem razão, um governante ideal para a Noruega (Ulysses Guimarães), presidente do Brasil, quem houvera pensado nesta hipótese nos anos 70 não a diria pelo risco de parecer insano.

Neste rápido panorama de acontecimentos quase sempre surpreendentes, configuraram-se aspectos essenciais do regime democrático: a imprevisibilidade do jogo, a alternância do poder, respeitados os resultados das eleições realizadas com regulari-

dade numa atmosfera de liberdade de organização partidária e sindical.

Foi pelas brechas desse jogo, e apesar de suas imperfeições, não fosse o regime democrático um mutante sempre em processo de aperfeiçoamento, que surgiram diferentes agentes sociais e políticos, disputando e participando do poder político em suas várias instâncias e dimensões. Apareceram novas gerações de líderes, em todas as esferas, num fenômeno ainda nunca presenciado, candidatando-se, sendo eleitos e, fenômeno ainda mais inédito, tendo as vitórias reconhecidas. Ampliou-se, em relação ao passado, a noção de cidadania (Constituição de 1988), multiplicando-se sindicatos, organizações sociais de todo tipo, partidos políticos e instituições voltadas para o controle e a fiscalização das instituições. Cacofonia de vozes e de cores e de dimensões combinando aspirações e lutas já tradicionais, nacionais e sociais, com perspectivas inovadoras suscitando e exigindo direitos e participação para mulheres, negros, índios, gays, deficientes, insuficientes e diferentes de todos os tipos e tamanhos até então nem propriamente discriminados, porque desconhecidos.

Apesar de já ter sido detectada uma certa – e relativamente precoce – estabilidade nos quadros dirigentes de partidos e sindicatos (Leôncio Martins Rodrigues), indicando o início de um processo de *burocratização*, as referências em questão e as mudanças efetuadas, quando contrastadas com o período da ditadura, ou com o período democrático construído entre 1945 e 1964, não deixam de ser notáveis e promissoras.

Assim, às profundas mutações sociais e econômicas que se estenderam entre 1930 e 1980, quando se construiu um quadro de grande *mobilidade social e econômica*, correspondeu, nas duas últimas décadas do século XX, um processo de intensa *mobilidade política*, expressa em novas instituições e atores, líderes partidários e sindicais, o que, em certa medida, indica a relativa vitalidade política da democracia que se constrói neste país.

Congruente com esse processo é o fato de que grande parte das novas lideranças,

ou das velhas lideranças, metamorfoseadas, e *aggiornadas*, respaldadas pela imensa maioria da sociedade, que têm se manifestado com regularidade em processos sociais e eleitorais, assumiu uma orientação *construtiva e reformista* frente aos desafios e aos impasses existentes na sociedade.

Não têm faltado diagnósticos e denúncias a respeito dos lados sombrios da República, o que, de certo modo, também evidencia a vitalidade das instituições. Entretanto, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, tendeu a declinar a sedução das *utopias revolucionárias*, substituídas, pelo menos por enquanto, pela lógica da negociação, do diálogo, das reformas.

Para isso, sem dúvida, concomitantes com as evoluções já registradas, da própria sociedade, contribuíram determinadas evoluções no contexto internacional, cujo impacto, desde sempre importante, só fez aumentar com o processo de *globalização* em curso desde meados dos anos 60-70 do século passado.

Os desafios da globalização

Ainda muito se discute sobre a natureza e o caráter da autêntica *revolução* em que se encontra o mundo desde meados dos anos 60 ou 70 do século passado, suas múltiplas dimensões, a que nada, nem ninguém escapa, transformando as noções de espaço e de tempo, acelerando de modo inédito a velocidade com que a informação passou a ser transmitida, consumida e elaborada, subvertendo padrões econômicos, tradições e classificações sociais e nacionais, valores culturais, impondo processos de integração e interdependência, sugerindo a necessidade de novas conceituações, como globalização, mundialização, planetarização (René Dreyfuss), para compreender as tendências vertiginosas de desintegração, reestruturação, uniformização e diversificação que estão em curso.

O ineditismo das situações abre horizontes imensos e imprevisíveis, distintos daqueles que vigoravam. Um novo jogo está

sendo jogado, mas as regras ainda não são conhecidas, e nem se distinguem com clareza quais são os jogadores, ou atores, nem as tendências que prevalecerão a médio e a longo prazo, sequer a possibilidade de que tudo isso possa ser compreendido com a amplitude e a acuidade ambicionadas pelas teorias até então prevalecentes.

Num lado mais visível, a aparente prosperidade dos centros capitalistas mais dinâmicos, localizados na Tríade (EUA, Europa ocidental e Japão), inflada pelo triunfo, e hegemonia, em escala mundial, dos valores liberais, combinada com a agressividade do Estado norte-americano, exacerbada nos mandatos do segundo Bush e que ensejará, se não revertida a tempo, grandes abismos para uma política aventureira que, sem dúvida, equivoca-se de século.

Submetidos à crítica e à instabilidade crônica, às injustiças e às desigualdades sociais, que se aprofundam, os valores liberais ainda predominam, mas resistem mal a um mundo muito complexo para a simplicidade de suas formulações.

Entretanto, as alternativas parecem ainda submergidas pelos impasses e as crises das *utopias revolucionárias*, expressos na desagregação da União Soviética, nas estranhas mutações da China, nas críticas ao caráter ditatorial do socialismo *realmente existente*, no atrofimento do socialismo cubano, nas derrotas dos diferentes projetos de *modernidades alternativas* empreendidas na Ásia, no mundo muçulmano, na África subsaariana e nas Américas ao sul do Rio Grande, no lento declínio dos projetos social-democratas de construção do Estado do bem-estar social.

Desses reveses, que requerem apurado inventário, as esquerdas em todo o mundo ainda mal se recuperaram, embora desde meados dos anos 90 já se possa registrar um movimento de retomada da autoconfiança, que se esboça tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto nos debates políticos e teóricos. Referência importante nesse sentido são os movimentos por uma *globalização alternativa*, que, principalmente a partir de Seattle, em 1999, recuperaram duas tradições essenciais do socia-

lismo revolucionário do século XIX: a *autonomia* em relação às instituições vigentes e o *internacionalismo* de suas elaborações e propostas. Configuram uma importante tendência na cena mundial, o que há de mais promissor a médio prazo, mas seria impróprio exagerar sua força imediata.

Reunidas, essas tendências oferecem *limites* a serem considerados, porque situam a crítica, a denúncia e a luta pela transformação econômica e a mudança social em posição de *defensiva estratégica*. As propostas radicais saíram praticamente de cena, não conseguindo empolgar os grandes movimentos sociais, recolhendo-se ao âmbito de pequenos grupos políticos onde, em ambientes fechados e esotéricos, os argumentos dão lugar às conclamações, as análises, às (des)esperanças, Che Guevara, a Chávez. São ásperos, sem dúvida, os dias atuais para as utopias revolucionárias.

O GOVERNO E AS METAMORFOSES DO PT E DE LULA

O Partido dos Trabalhadores, no momento de sua formação, no início dos anos 80, constituiu uma experiência bastante original.

Convergiram nele distintas experiências e tendências, entre as quais destacaram-se lideranças sindicais, forjadas em – e representativas de –, grandes lutas sociais travadas na época, logo chamadas, ao gosto brasileiro, de *novo* sindicalismo. Entretanto, *ao mesmo tempo*, aspecto evidente mas não devidamente realçado, ou do qual não se extraíram as devidas consequências, essas lideranças eram também forjadas em – e representativas das – estruturas sindicais corporativistas e estatistas construídas desde o Estado Novo. Uma escola de dirigentes sociais carismáticos, verticalistas e centralistas, como a estrutura que os gerou, mais afeitos à negociação e ao diálogo com o Estado e os patrões do que à mobilização e à organização das *bases*.

Para o bem, ou para o mal, e para além de apreciações valorativas, os líderes sindicais, entre os quais, é claro, o próprio Lula, foram, sem dúvida, o ingrediente mais notável, o levedo sem o qual não haveria o bolo, ou melhor, o PT, e daí adviria o papel especial que continuariam desempenhando ao longo do tempo, mesmo que em constantes metamorfoses.

Vieram também lideranças progressistas católicas, políticas e sociais, que haviam participado com grande intensidade das lutas democráticas na segunda metade dos anos 70, algumas mais radicalizadas, principalmente no campo, ou/e ligadas de algum modo às propostas da Teologia da Libertação. Outras, talvez a maioria, localizadas nos centros urbanos, mais inclinadas a um reformismo moderado, também propensas à negociação e a uma prática política construída segundo os padrões chamados do *consenso progressivo*. Muito do assembleísmo e do democratismo do PT, sobretudo nos tempos originários, vincula-



se a essa vertente, os chamados *igrejeiros*.

Finalmente, um terceiro ingrediente: os quadros que tinham pertencido, ou ainda pertenciam, a organizações revolucionárias formadas nos anos 60. Dito assim, parece um todo monolítico. Ledo engano. A cacofonia era aí a regra, certamente mais acentuada, e barulhenta, que nas demais vertentes. Havia ali de tudo: gente vinculada a pequenas organizações ou já atuando de forma individual – leninistas, trotskistas, maoístas, güevanistas, autonomistas, eurocomunistas, qualquer etiqueta, todas estavam lá. Católicos e ateus. Autoritários e democratas. Revolucionários e reformistas. Em comum, tinham duas coisas: o Verbo, bem-articulado, e a falta de expressão social: eram caciques sem índios, o drama tradicional das vanguardas revolucionárias brasileiras.

Nesse bolo impressionante, e desigual, e no contexto das grandes lutas sociais que marcaram os últimos anos 70 e a primeira metade dos anos 80, quando se despedia a ditadura e se inauguravam tempos democráticos, a *nova república*, que de nova não tinha nada, e de república, ainda muito pouco, formou-se o Partido dos Trabalhadores, o PT.

Quando se misturaram os ingredientes, a primeira resultante formal favoreceu o Verbo – e ele era revolucionário. Comprometido com um programa anticapitalista de transformações radicais para o país. E crítico ao socialismo *realmente existente*. Embora faltando vinte anos para o encerramento do século, o PT se queria, e se anunciava, não como o último partido socialista do século XX, mas como o primeiro partido socialista do século XXI. Na ousadia, ou na pretensão, sem limites, eram claras as digitais dos revolucionários dos anos 60.

Ao longo dos anos 80, sobretudo na primeira metade da década, o PT manteve-se fiel ao programa revolucionário. É verdade que muitos questionavam o caráter vago da maioria das formulações, e o ecletismo de certas propostas, e a imprecisão de outras. No entanto, a maioria, ao contrário, celebrava essas características, consideradas virtuosas, na medida em que

rompiam com a tradição deletéria dos infundáveis rachas que marcavam a história das esquerdas brasileiras, sempre se dividindo em torno de pontos e de vírgulas, em pugnas tremendas, em que abundavam as *guerras de citações*, que muito poucos conseguiam de fato acompanhar, quanto mais compreender.

Na segunda metade dos anos 80, porém, no contexto de um certo apaziguamento dos movimentos sociais, começaram a crescer no interior da Central Única dos Trabalhadores/CUT (fundada em 1983), de notórias ligações com o PT, tendências claras a privilegiar a negociação em vez da *luta de classes*. Contribuíram, sem dúvida, para esse fenômeno, além das tradições e da cultura política da grande maioria dos líderes sindicais, o fracasso das propostas de confronto direto, traduzidas nas várias tentativas, malogradas, de desencadear gre-



ves gerais no país. Por outro lado, no mesmo sentido apontavam certas atitudes e posições de líderes parlamentares do PT. Em curso, um processo de autonomização em relação aos movimentos sociais, e, na prática, a proposta de uma inversão: em vez de um partido *a serviço e expressão dos movimentos sociais*, como queriam as definições revolucionárias iniciais, um partido que criava dinâmica própria, regida pelas exigências do jogo institucional, pelos prazos, regras e alianças eleitorais e pelas noções de *carreira política* que informam as democracias representativas baseadas nos *políticos profissionais*.

Portanto, dos meios sindicais e dos meios parlamentares, exprimindo forças profundas presentes na sociedade, e convergindo, tendências moderadas e reformistas começaram a desafiar os princípios e as propostas radicais e revolucionárias, inscritas no ideário original do PT. Foram denunciadas e reprimidas.

A expulsão dos deputados que votaram em Tancredo Neves, em 1985, evidenciou contradições e tensões, que não cessariam mais de se manifestar, entre uma *esquerda* que, embora *aggiornada* em relação às propostas dos anos 60, propunha transformações radicais e o socialismo, embora ninguém mais conseguisse definir exatamente o que se queria dizer com socialismo, e uma *direita*, devotada a reformas moderadas e ao jogo institucional, para a qual o socialismo tinha virado uma espécie de amuleto.

Em 1989, nas primeiras eleições presidenciais diretas, prevaleceram, em termos programáticos, as propostas da *esquerda*. A campanha empolgou o país e o PT. Lula consagrou-se como o líder maior das oposições políticas e dos movimentos sociais, mas não seria fácil deslindar se o eleitorado estava votando nele ou nas propostas do PT. Uma coisa era certa: Lula era maior do que o Partido, tinha muito mais expressão e votos do que o PT. Fica para a história contrafactual o exercício de saber o que exatamente teriam feito – Lula e o PT – com o poder, caso o tivessem ganho, naquele turno decisivo contra

Fernando Collor. Teriam aplicado com decisão o programa de transformações profundas com o qual se comprometiam? Ou, como queria o velho, experimentado e cínico político mineiro, a *teoria na prática* seria outra? Um fato evidente, na época não estimado e analisado como deveria, registrava que a grande maioria dos líderes sindicais e políticos ligados à CUT e ao PT afastava-se, na prática, se não na teoria, das propostas revolucionárias originárias. Um sintoma claro de mudanças em curso e que, mais cedo do que tarde, haveriam ainda de desabrochar.

Foi o que ocorreu ao longo dos anos 90.

O PT e a CUT continuaram mudando de pele. Não houve um ruptura drástica, um *grand soir* invertido, uma *revolução de outubro* ao contrário. Nem parece ter havido um plano consciente, maquiavélico. Seria contra a natureza das alas moderadas e reformistas, e além de seus recursos intelectuais. As mudanças foram se processando devagarinho, lentas, seguras e graduais, *à brasileira*.

Na segunda campanha presidencial de Lula, a de 1994, só não viu quem não quis ver. Pontos programáticos fundamentais foram alterados para não *engessar* um eventual governo do PT. Grande parte das lideranças parlamentares e sindicais do PT irmanava-se em torno de propostas moderadas e conciliadoras. O Encontro Nacional que aprovou as mudanças, por folgadas maiorias, não se caracterizou pela tensão inevitável entre pessoas que se imaginavam alcançando o poder para promover mudanças importantes, arriscadas. Parecia uma reunião de *executivos*, na iminência de gerenciar uma imensa sociedade anônima. Alegavam que a sociedade brasileira não estava *madura* para compreender, e muito menos votar em, propostas revolucionárias. É provável que tivessem razão. Não fosse o Plano Real, quem sabe, talvez então Lula tivesse *chegado lá*. E se assim fosse, em relação a 1989, já os compromissos eram outros.

Esse caminho, acompanhando e exprimindo as mudanças referidas na sociedade brasileira e no mundo, seria ainda apro-

fundado na segunda metade dos anos 90, e para isso contribuiu, sem dúvida, o crescimento do PT e da CUT como estruturas institucionais, com seus milhares de funcionários, assessores, sindicalistas, parlamentares, prefeitos e até governadores, porque o Partido já começara a elegê-los. Mas, insista-se, não houve corte brusco. As concepções e as propostas revolucionárias foram sendo abandonadas aos poucos, tanto por sindicalistas quanto por líderes políticos e parlamentares. Aqui e ali, é verdade, houve ruídos desagradáveis: protestos e imprecações. Episódios fulgurantes, é verdade, mas não deram o tom. A mudança de pele consumou-se como um dispositivo que se foi desativando, como uma lâmpada, se apagando, esvaindo-se aos poucos, uma energia desfalecente. Às propostas e idéias revolucionárias faltava força, no sentido próprio e figurado.

As eleições de 2002: Lula e o PT no poder

Depois de colher mais uma derrota, em 1998, com propostas bem moderadas, embora ainda salpicadas aqui e ali por arestas radicais, Lula e o PT, já profundamente transformados, prepararam-se para as eleições de 2002 de modo bastante cuidadoso. Afinal, eram *profissionais*, como então se orgulhavam de dizer.

Contaram com, e se beneficiaram de, um extraordinário concurso de circunstâncias. O desgaste dos oito anos de FHC, e a total inapetência demonstrada pelo presidente que saía, parecendo divertir-se com as agruras do candidato do próprio partido. Era visível que FHC achava graça em transferir o governo para Lula, inscrevendo na biografia esta magnanimidade: passar o bastão para o líder operário a quem derrotara duas vezes consecutivas, sempre no primeiro turno. Lula e o PT também contaram com a incredulidade dos adversários que, em boa parte da campanha, preferiram engalfinhar-se, acusando-se das piores in-

tenções, apostando na suposição de que o candidato do PT era o *eterno candidato – e perdedor*. Quando acordaram, era tarde.

Mas o PT e Lula também ganharam pelos próprios méritos. Moderaram ao máximo o programa e ampliaram o quanto puderam as alianças. Em grande forma, Lula exercitou como nunca o talento de jogar em todos os tabuleiros: persuasivo, conciliador, agressivo, até ameaçador. Dependendo das circunstâncias e do público, era rica a paleta de cores que podia mostrar. Mas, nos grandes debates televisivos, os que realmente contam, e no *marketing* sabiamente manejado, nunca deixou de privilegiar um eixo básico: *o respeito pelos contratos* e pelos compromissos, o apelo ao voto moderado. O seu governo não seria um governo de ruptura, mas, sempre e quando as circunstâncias o permitissem, de reformas moderadas e consensuais.

Dessa vez, foi a vez de Lula e do PT. *Chegaram lá*. Haviam mudado de pele, é verdade, o que para alguns representava um custo insuportável, mas *chegaram lá*.

GOVERNO E POLÍTICA COMO ARTE DO POSSÍVEL

Aceitos os aspectos essenciais desta análise, não se sustenta a problemática da *traição*, esgrimida sobretudo pela legião de *viúvas* de Lula e do PT. Como se tentou mostrar, houve aí uma evolução lenta e gradual, exprimindo, em grande parte, evoluções na sociedade e no mundo. Repita-se: só não viu quem não quis ver. Os ingênuos. E também os aspirantes a espertos, *maquiavéis* de algibeira, imaginavam que, *chegando lá*, tudo lhes seria possível. Reiteraram a velha cultura messiânica, segundo a qual as transformações vêm pelo alto, a partir do Estado e de suas lideranças e/ou vanguardas políticas.

Também chama a atenção uma certa oposição *raivosa*, muito presente em círculos que se querem, e são mesmo, consi-

deradas as circunstâncias brasileiras, *progressistas* e até *esquerdistas*. Não conseguem conter-se e exprimem, em relação a Lula em particular, uma ira insuspeitada, que os antigos socialistas chamariam, não sem razão, de *ódio de classe*. Nada escapa ao seu escrutínio: do cachorro de Marisa às pantufas do presidente, sabe-se tudo, da qualidade da ração do animal à tessitura das toalhas, e tudo se presta ao protesto e ao escárnio, numa sanha de que não havia memória, embora a ostentação em que vivam nossos governantes não seja algo novo ou original.

Há aí uma perda de perspectiva. Basta olhar para o lado, ou para o norte, para constatar que a disputa Lula x Serra foi um luxo, perto da que ocorreu entre Chirac x Le Pen, ou entre Bush x Kerry, ou ainda entre Menem x Kichner e a lista poderia se alongar, incluindo-se o inevitável Chávez e o imortal Fidel.

A rigor, entre Lula e Serra, não havia grandes diferenças programáticas, políticas e ideológicas. Não fossem as rivalidades eleitorais, inevitáveis nas sociedades democráticas, e a lei física de que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço, Serra daria um excelente ministro do Planejamento de Lula e este, em caso de vitória de Serra, não deixaria de ser um magnífico ministro da luta contra a Fome. No entanto, com suas limitações, e apesar delas, são bem melhores do que Uribe, Menem, Bush ou Le Pen. Nenhuma pessoa de esquerda pode negá-lo em sã consciência.

Por todas estas razões, não é razoável clamar aos céus contra supostas traições. As *viúvas* que se conformem, não foram traídas por Lula e pelo PT, mas pelas próprias ilusões, como o velho revolucionário gostava de lembrar: “não somos traídos a não ser pelas próprias ilusões” (Trotski).

Isso não significa que o governo, Lula e o PT não possam ser criticados. Mas não como prestidigitadores, porque suas evoluções, em termos essenciais, ocorreram às claras. Falou mais alto a perspectiva de chegar ao poder. Para *chegar lá*, foi necessário que se transmudassem, de críti-

cos, em gestores da Ordem. Uma metamorfose que se operou ao longo de duas décadas.

Os tempos atuais, não há como negá-lo, pertencem às esquerdas moderadas. Aparentam nesse sentido também os limites internacionais e as tendências predominantes em nossa sociedade. Tempos de reformismo conservador. A ver se os que *chegaram lá* aproveitam o *seu* momento histórico. Mais tarde, se perderem o controle dos acontecimentos, que não responsabilizem as circunstâncias ou os inimigos. Mas, neste momento, as cartas, são eles que as dão.

Por compreender essas condições é que o PT e Lula gostam de afirmar que fazem o possível, e recorrem à fórmula conservadora de que a política é a *arte do possível*. Como se a medida do possível fosse objetiva, um dado a ser aferido com isenção e imparcialidade. Ora, como as evidências da história política estão fartas de mostrar, inclusive em nosso próprio país, frequentemente “é o improvável que acontece” (E. Morin).

Mas para que o improvável aconteça vai ser necessário que a sociedade o queira, e se mobilize, com a força que puder organizar. Esta, afinal, é uma característica da democracia. E tem sido assim desde o início do governo Lula. Cineastas, jornalistas, empresários, banqueiros, madeireiros, sem-terra, sem-teto, severinos de todas as classes, prevalecem os que falam mais alto, se organizam melhor e cometem menos erros, mesmo que, às vezes, à custa de duras derrotas e até de assassinatos.

Se quiserem mudanças a seu favor, que as grandes majorias se mobilizem e se organizem. Empurrados *de baixo*, quem sabe, o PT e Lula poderão recuperar o antigo sentido crítico e as opções que um dia foram suas. Deixados a si mesmos, permanecerão como estão, porque a isso foram conduzidos, por eles mesmos e pelas circunstâncias. Assumiram uma abordagem conservadora e melancólica da política, e aconteceu com eles o pior, talvez, que possa acontecer com os que, um dia, pretendiam mudar o próprio país e o mundo: tornaram-se previsíveis.